

Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores

*Melo, Hildete Pereira de
Thomé, Débora*

Por PONTES, Nicole L. M. T. de¹

Uma vez mais, levadas pelo recrudescimento das posições conservadoras que assolam diversas áreas do mundo atual, as mulheres aumentam o volume das suas vozes, exigindo ser ouvidas e incluídas em espaços de poder que lhes têm sido negados historicamente. Embora essa luta tenha se tornado central no mapa das relações sociais, econômicas e políticas dos últimos 200 anos, as últimas décadas do século XXI tem acompanhado o fortalecimento dos embates em torno das questões de gênero e do feminismo. Essa peleja não tem sido menos ferrenha no âmbito da produção científica e na produção de indicadores sociais que nos atualizem na compreensão do lugar ocupado pelas mulheres no mundo hoje. Conscientes dessa dificuldade, e de uma tarefa que se estende da produção simbólica do feminino à dimensão prática da conquista de direitos, as autoras Hildete Melo e Debora Thomé lançam-se ao trabalho de reconstruir essa trajetória de disputas, apontando para momentos e pontos cruciais que informam a história da luta feminina e feminista no Brasil e no mundo, num trabalho minucioso de investigação instigante que deixará rastros e marcas que deverão nortear quem ouse lhes seguir nesse caminho.

Mulheres e Poder reúne um conjunto de dados e indicadores sociais, bem como um conjunto vasto de referências e fontes, que objetivam desenhar um mapa do lugar que a mulher ocupa historicamente na distribuição do poder no mundo. Contendo uma mistura de dados e indicadores econômicos, reprodução de textos históricos preciosos e uma análise política cuidadosa e acurada, o livro se organiza a partir de um ordenamento que vai das discussões acerca do feminismo, suas fontes históricas e teóricas, construindo e apontando problemas que se tornam centrais a medida que os aspectos demográficos, educacionais, econômicos e sociais, dentre outros, passam a ocupar e definir as bandeiras de luta das mulheres. Embora se apresente como livro introdutório, dada a impossibilidade de estender as discussões bastante diversas de forma que alcance a profundidade merecida por cada uma delas, cada capítulo é cuidadosamente referenciado e indicativo de que caminhos devem ser trilhados para que se chegue ao centro de cada temática, fato que

¹ Doutora em Sociologia pela UFPB, Professora de Sociologia da UFRPE – UAST, Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos Vanete Almeida – UAST-UFRPE e do DADÁ – Grupo de estudos, pesquisa e extensão em relações de gênero, sexualidade e saúde.

torna essa obra leitura obrigatória para quem se interesse em adentrar qualquer das discussões propostas no decorrer de seus oito capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Mulheres, poder e feminismo”, as autoras fazem um apanhado geral e bastante completo que vai do nascimento do movimento feminista organizado na Europa, chegando aos desdobramentos das linhas teóricas que fundamentam as discussões da teoria social feminista e marcam o desenvolvimento das bandeiras de luta dos movimentos sociais de mulheres e feministas no Brasil e no mundo hoje. Trazendo uma definição do próprio conceito de feminismo, seguem com a apresentação das correntes do feminismo liberal, do feminismo radical, do feminismo marxista, feminismo cultura e feminismo negro, fechando o ciclo histórico nas vertentes mais contemporâneas do que passa a ser denominado feminismos interseccionais. Durante esse percurso vale ressaltar a construção de indicações que ressaltam os pontos nevrálgicos que delimitam cada uma dessas vertentes, ao mesmo tempo em que proporcionam as leitoras e leitores a possibilidade de compreender também os elementos comuns a todos esses focos particulares, quais sejam, as condições de subalternidade e vulnerabilidade que ser mulher produz socialmente.

O capítulo 2 finaliza com uma discussão centrada em torno do conceito de gênero como chave explicativa contemporânea, sua relação a outro conceito fundamental, de ‘mulher’ e as disputas que emergem no contexto político brasileiro conservador sobre ‘ideologia de gênero. Levando em consideração o contexto da produção acadêmica sobre o feminino e sobre sexo/gênero, que tem contado cada vez mais com a presença de mulheres na sua produção, considera-se que a difusão de uma epistemologia multiculturalista e emancipatória alimente o avanço do feminismo ao redor do mundo.

No capítulo seguinte, “As mulheres na história mundial”, Melo e Thomé lançam-se ao objetivo de trazer à tona a presença e luta feminina na narrativa histórica que marca a construção do mundo ocidental revelando como foram apagados seu protagonismo, seu vanguardismo e seu poder. Traçando a participação crucial de mulheres como Olympe de Gouges, que já em 1791 escreve sua ‘Declaração dos direitos da mulher e da cidadã’, que aparece como boxe de texto, acrescentando uma experiência histórica enriquecedora a quem não conhece esse lado propositadamente esquecido da história, chegamos também a participação feminina nas principais revoluções que marcam o ocidente e, de forma alguma menos importante, a uma discussão sobre o voto feminino e sua conquista ao redor do mundo.

O capítulo 3, “Mulheres na história do Brasil” é cuidadosamente construído para dar-nos verdadeiramente a dimensão da luta das mulheres brasileiras na construção do país. As evidências históricas da organização feminina em prol da abolição da escravatura são especialmente marcantes,

como demonstrado pelos dados da presença de leis municipais aprovadas nas províncias de Manaus e Ceará, bem como a criação de associações de mulheres em outras cidades. Somos apresentadas ainda, à presença feminina em todas as lutas por independência e insurreição, embora a república tenha sido conquistada sob a égide do poder masculino.

A demorada conquista do voto feminino no país, só alcançada em 1932, e a subsequente participação das mulheres e principalmente sua presença nos espaços de poder institucionalizados, demonstrados pela presença de figuras marcantes como Bertha Lutz na câmara dos deputados, não parece sustentar uma breve expansão da inserção feminina nesses espaços e já na década de 50 a representação das mulheres conta com apenas duas deputadas federais eleitas.

Em seguida, abre-se a discussão já apontada no início do capítulo acerca da presença e centralidade das mulheres negras e do movimento feminista negro que se instaura e se fortalece, embora os marcos históricos permaneçam contando a história de brancos dominantes e sigam camuflando a sua presença. Assim chegamos nos anos 1960 como lançamento de ‘Quarto de Despejo’ de Carolina Maria de Jesus que exemplifica a resistência feminina negra, embora sua trajetória tenha terminado em condições da mesma pobreza que retrata em seus escritos. A década seguinte será marcada pelo movimento dos direitos civis nos EUA, pelo Ano Internacional da mulher sob iniciativa da ONU e no Brasil pelo ressurgimento das demandas feministas sob a emergência obscura da Ditadura Militar, dificultando ainda mais as possibilidades de avanço de quaisquer conquistas políticas para as mulheres. Na rápida passagem ao Brasil contemporâneo vemos então que transformações viriam, mas a muito custo e marcadas por desigualdades que permanecem até hoje como demonstradas nos demais capítulos da obra.

Em “As mulheres e a demografia”, as autoras focam na apresentação dos dados e indicadores demográficos que explicam a distribuição de homens e mulheres no mundo e no Brasil tendo como objetivo aprofundar o conhecimento das leitoras acerca dos condicionantes sociais, econômicos, educacionais e de saúde que marcam a desigualdade entre homens e mulheres no mundo. Indicadores relacionados a padrões de fecundidade, mortalidade materna, gravidez na adolescência e migração pintam um mapa geral dos impactos que a demografia pode sofrer, afetando tanto a distribuição como as condições de vida das mulheres ao redor do mundo. Vale ressaltar que esse capítulo, por sua riqueza de dados atuais, serve como base para que se compreenda como uma maioria facilmente se transforma em minoria em questões relacionadas a direitos e condições de vida.

Seguindo pela verve da apresentação das condições estruturais que afetam a condição de subalternidade e opressão em que as mulheres se encontram hoje ao redor do mundo, o capítulo 6, de título “As mulheres e a

educação” aponta, a partir dos dados censitários e educacionais mais atuais sobre o Brasil, para uma tendência de aumento dos níveis de instrução entre as mulheres, sem que a isso esteja atrelado um aumento nas suas condições de trabalho e de vida em geral. Embora o aumento nos índices educacionais entre mulheres no Brasil seja visível, podemos também observar que ele ocorre entre as mulheres das classes média e alta, alimentando ainda uma desigualdade de classe na distribuição do acesso a educação. Esse padrão também se repete quando levamos em consideração o acesso e compleição dos anos de educação formal da população negra no Brasil, que apresenta índices inferiores de crescimento quando comparadas à população branca.

Naquilo que diz respeito a educação como porta de entrada para produção científica e tecnológica no Brasil, Melo e Thomé apontam para a permanência do domínio masculino tanto naquilo que diz respeito a presença nas posições do topo da carreira científica, bem como nas preponderância de homens nas profissões e áreas das ciências exatas e da natureza, que não por coincidência, mas devido aos padrões culturais de organização das profissões no Brasil, ainda são carreiras preferencialmente masculinas.

Muito embora a passagem da discussão sobre educação e desigualdades naquilo que diz respeito a sua relação com ganhos e condições salariais possa aparecer de maneira quase automática, as autoras decidem iniciar sua discussão em “As mulheres e o mundo do Trabalho” fazendo uma crítica aos estudos econômicos sobre participação e trabalho feminino. Elas apontam para uma tendência a ‘apagar’ o trabalho realizado fora do ciclo mercadológico, ignorando todas as atividades relacionadas a reprodução da vida no meio familiar.

Seguindo essa linha de pensamento, somos agraciadas com uma discussão marcante sobre os aspectos essenciais que dificultam tanto o alcance da equidade salarial entre homens e mulheres, fato que acontece ao redor do mundo, e como demonstrado no capítulo, de forma muito marcante no Brasil. Encontramos também nesse trabalho a predominância histórica da divisão sexual do trabalho que atribui as mulheres uma dupla e tripla jornada que, quase que sem exceções, inclui o trabalho doméstico e a maternidade. Esse processo se reflete também na manutenção de um sistema de terceirização do trabalho doméstico, entre as classes médias e elites, que por sua vez relega as mulheres em condições sociais precárias a quase exclusividade de atuação no emprego feminino por excelência, o de empregada doméstica. Esse recorte também chama atenção para diferenças apontadas quando levados em consideração indicadores raciais.

O capítulo se encerra com uma breve, porém importantíssima discussão acerca do estatuto do trabalho reprodutivo entre os economistas e outros cientistas sociais, ressaltando as dificuldades históricas e metodológicas no cálculo do valor atribuído a essas atividades, o que dificulta sua mensuração. A

falta de interesse dos institutos de pesquisa também é discutida, especialmente se levarmos em consideração que esse trabalho é fundamentalmente trabalho de mulheres.

Finalizando esse passeio pelos caminhos da construção dos lugares femininos, encontramos dois capítulos que lidam com o tema da política tanto no sentido da representatividade feminina nos espaços da política institucionalizada, que dizem respeito a péssima representatividade feminina, no Brasil, nas diversas instancias do poder legislativo, executivo e judiciário, bem como, em “Políticas Públicas e Legislação”, na preocupação com políticas voltadas para a assistência e o cuidado com a mulher. Esse capítulo foca particularmente na formalização de marcos legais e construção de políticas públicas específicas e essenciais para a população feminina, construídos às custas de muita luta militante.

Finda nossa leitura, observamos que embora leitoras e leitores não encontrem um estudo específico sobre poder, à maneira mais rotineira das ciências sociais, vemos no percurso do livro justamente a construção de um conceito de poder que se desvela na forma do encadeamento de capítulos e como consequência na conjunção dos eixos fundantes da distribuição do poder nas relações sociais hoje, quais sejam a dominação na ordem do simbólico (produção histórica, do conhecimento científico, do acesso à educação etc.), das relações econômicas (relações de trabalho), da dominação do espaço e das oportunidades migratórias (demografia) e das disputas no campo do ordenamento político. Assim, no decorrer do livro vamos ter podido observar tantos aspectos particulares a cada uma dessas áreas de estudo e conhecimento, quanto, ao mesmo tempo, a construção de um mapa complexo do que se configura a luta feminina pela equidade e pelo reordenamento na distribuição do poder no Brasil e no mundo. Poder, portanto, se revela nessa obra como espaço de disputa e como categoria construída a partir das relações práticas, mundanas, reveladas pelos indicadores e marcadores sociais tão refinadamente trabalhados no decorrer do livro. Poder se constitui como algo negado historicamente às mulheres e como objeto fundante na conquista da igualdade de gênero.

Cabe àquelas que lerem, sob o apelo das autoras, juntar-se ao coro de mulheres que produzem, discutem e constroem uma agenda de mulheres e para mulheres que se estende desde a luta militante, passa pelo domínio na produção do conhecimento científico e tecnológico, desaguando nas grandes mudanças estruturais que incluem uma representatividade política real e atuante. Mulheres do mundo, uni-vos!

Referências

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.